

RESUMO - 1. BIODIVERSIDADE, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE NA
AMAZÔNIA E NO BRASIL

**USO DE PLANTAS MEDICINAIS POR COMUNIDADES RIBEIRINHAS
AMAZÔNICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA**

Yanna Gabrielle Reis Viana (yannareis2006@gmail.com)

Karen Vitória De Souza Caldas (karencaldas.uepa2025@gmail.com)

Luan Victor Cunha De Castro (luanvictorcunhacastro@gmail.com)

Vitória Fonseca Conceição (fonsecaconceicaovitoria@gmail.com)

Sheyla Mara Silva De Oliveira (sheylaoliveira@uepa.br)

Franciane De Paula Fernandes (franciane.fernandes@uepa.br)

Veridiana Barreto Do Nascimento (veridiana.bd.nascimento@uepa.br)

As comunidades ribeirinhas amazônicas apresentam modos de vida fortemente associados ao território, à biodiversidade e aos saberes tradicionais, especialmente no que se refere ao cuidado em saúde. Nessas populações, o uso de plantas medicinais constitui uma prática historicamente consolidada, transmitida entre gerações e amplamente utilizada na prevenção e no tratamento de enfermidades comuns. Em contextos marcados por dificuldades de acesso aos serviços de saúde, longas distâncias geográficas e limitações estruturais da atenção primária, essas práticas assumem papel central no autocuidado e na promoção da saúde. Dessa forma, associadas às práticas realizadas na Atenção Primária à Saúde (APS) promovem um cuidado integral que associa o saber popular com o atendimento clínico tradicional, apesar de

ainda observar-se uma grande lacuna nessa integração na prática. Nesse viés, no contexto amazônico, a articulação entre o conhecimento tradicional ribeirinho e o Sistema Único de Saúde (SUS) através da APS mostra-se estratégico para a promoção da integralidade, da equidade e do cuidado culturalmente adequado. Busca-se analisar, mediante as evidências da literatura científica, o uso de plantas medicinais por comunidades ribeirinhas amazônicas e suas contribuições para a atenção primária à saúde. Trata-se de uma revisão bibliográfica, na qual foi utilizada as bases de dados BVS, LILACS e SciELO, abrangendo o período de 2020 a 2024. A pesquisa utilizou os descritores “Plantas Medicinais”, “Amazônia” e “Atenção Primária à Saúde”, aplicando-se filtro de idioma em português. Os critérios de inclusão consideraram estudos originais, revisões e publicações científicas. Os estudos analisados evidenciam que o uso de plantas medicinais é uma prática amplamente realizada entre as comunidades ribeirinhas amazônicas, sendo fortemente influenciada por fatores culturais, ambientais e socioeconômicos. As espécies mais citadas incluem copaíba, andiroba, crajiru, jambu, boldo, sacaca e unha-de-gato, utilizadas principalmente no tratamento de processos inflamatórios, distúrbios gastrointestinais, dores, infecções e problemas hepáticos. As folhas e cascas são as partes mais empregadas, com predominância do preparo em forma de chás, infusões e óleos. Nesse contexto, os resultados apontam que essas práticas contribuem significativamente para o autocuidado e para a resolutividade de problemas de saúde comuns no âmbito da atenção primária, especialmente em territórios onde o acesso regular aos serviços de saúde é limitado. O uso das plantas medicinais fortalece a autonomia das comunidades ribeirinhas, reduz a dependência exclusiva de medicamentos industrializados e promove a valorização dos saberes tradicionais. Entretanto, a literatura também evidencia desafios importantes, como a ausência de orientação adequada por profissionais de saúde, o risco de uso incorreto das espécies, falhas na identificação botânica e na dosagem, além da pouca integração dessas práticas às ações tradicionais da atenção primária. Estudos indicam que muitos profissionais da APS apresentam conhecimento limitado sobre plantas medicinais e sobre as políticas públicas que respaldam seu uso, o que dificulta a incorporação segura e efetiva dessas práticas no cuidado em saúde. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde, fortalecimento das políticas públicas e incentivo ao diálogo entre o saber científico e o saber popular. Logo, a integração do uso de plantas medicinais às ações da APS em áreas ribeirinhas pode ampliar a integralidade do cuidado,

respeitar a diversidade cultural e contribuir para a promoção da saúde de forma mais contextualizada e sustentável no território amazônico. Ao concluir evidencia-se que embora tais práticas fortaleçam o autocuidado, a autonomia comunitária e a valorização das tradições, sua incorporação na Atenção Primária à Saúde ainda enfrenta desafios relacionados à capacitação dos profissionais e à integração efetiva das políticas públicas existentes. Assim, mostra-se fundamental a articulação entre o conhecimento tradicional e o Sistema Único de Saúde, mediada pela APS, para o cumprimento dos princípios fundamentais do SUS: integralidade, equidade e universalidade do cuidado.

Palavras-chave: plantas medicinais; comunidades ribeirinhas; atenção primária à saúde.